



Relatório da 51ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB

A AFBNB realizou, em Fortaleza/CE, a 51ª Reunião do Conselho de Representantes, nos dias 31 de março e 1º de abril de 2017, reunindo representantes da Associação em toda a área de atuação do BNB, dirigentes sindicais e de movimentos sociais, aposentados e convidados, em um total de 184 participantes.

Os temas debatidos - “Dívida Pública – Impactos na vida dos trabalhadores” e “Em Defesa das Estatais – Contra o desmonte dos bancos públicos” – proporcionaram momentos de formação, informação e diálogos importantes para a organização dos trabalhadores, a defesa das instituições públicas e o enfrentamento aos ataques da atual conjuntura.

Dia 31/03/2017

Abertura

A abertura do evento reuniu diferentes representantes de segmentos sociais, sindicais e coligadas do BNB. Em suas falas, parabenizaram a AFBNB pela escolha dos temas e assuntos relevantes conclamando a todos ao engajamento em defesa das estatais e de seus trabalhadores contra as atuais reformas. A mesa foi formada por Rita Josina Feitosa da Silva (presidente da AFBNB), Arelino Ferreira (presidente da AABNB), Ocione Marques (presidente da Camed), Jurandir Mesquita (Presidente da Capef), Reginaldo Aguiar (coordenador do DIEESE no Ceará), Henrique Marinho (Conselho Federal de Economia), Edna Vasconcelos (Seeb-MA), Eduardo Araújo (Seeb-DF), Ricardo de Paula (CTB-CE).

Em sua fala de encerramento do momento de abertura, Rita Josina falou sobre a satisfação em ver a participação dos trabalhadores e demais parceiros reunidos no importante fórum da RCR para discutir e debater assuntos que lhes impactam e do compromisso da Associação com o enfrentamento, a construção da luta e o coletivo.

Primeiro Painel

O primeiro painel “Dívida Pública – Impactos na vida dos trabalhadores” foi apresentado por Agenor Silva Júnior e Ênio Pontes, com mediação de Rita Josina Feitosa da Silva.

✓ Agenor Silva Júnior é Engenheiro Naval pela Escola Politécnica da USP, mestre em economia pela PUC São Paulo e com atuação no mercado financeiro e de capitais desde 1983. É colaborador da revista Princípios e do Instituto Maurício Grabóis, especialmente em cursos para entidades sociais e sindicais.

Em sua palestra, Agenor Silva focou nas grandes tendências do capitalismo na atualidade e em como isso afeta a economia dos países e leva a possibilidade de crises cada vez mais graves. Entre as tendências estão o gigantismo do capital dinheiro; o desenvolvimento exponencial de algumas tecnologias – estas, por sua vez, alterando sobremaneira as relações sociais, de consumo e produção - e o crescimento do percentual de “consumidores”. Para Agenor, o grande problema do Brasil não é a dívida pública – em 2016 não chegou a 80%, contra mais de 200% no Japão e 100% nos EUA, nem é também a corrupção, que tem seu peso, mas não é o principal, sendo o grande

problema os juros pagos sobre a dívida, que são os mais altos do mundo. E a quem interessaria essa dívida? Às instituições financeiras, detentora de 23% da dívida.

Segundo Agenor, o Brasil sempre teve dívida, mas ela começou a crescer no governo FHC, na década de 90, quando todos os países do mundo derrubaram sua inflação. O Brasil, no entanto, seguiu à risca o receituário norte-americano do Consenso de Washington. Os juros, então, dispararam. “O governo FHC foi isso: inflação lá embaixo e juros lá em cima. E o juro foi se multiplicando, multiplicando e estamos até hoje sofrendo, já que 44% do gasto público é juro da dívida interna”. Para Agenor, os governos de Lula e Dilma começaram um processo de redução de juros, mas não conseguiram de forma significativa, pois não houve ação mais articulada e a inflação subiu. Essa fórmula foi uma das justificativas pro golpe de 1964, por exemplo.

O palestrante ressaltou que para enfrentar as determinações do Capital não existe solução simples nem pontual. Ele exemplificou com a taxação das grandes fortunas: a medida é boa mas se for implantada sem uma estratégia maior e planejamento prévio levaria à retirada em massa das grandes fortunas do Brasil. Por isso ele defende medidas como uma estratégia nacional bem definida e liderança para implementá-la; forte posição financeira e econômica do Estado, inclusive com empresas estatais financeiras e não financeiras; posicionamento soberano e altivo perante os monopólios internacionais; forte regulação dos mercados domésticos e controle das contas externas.

✓ Ênio Pontes é doutor em Engenharia Estrutural pela Universidade de São Paulo. É atual Secretário-geral do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (ADUFC-Sindicato) e Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Ceará.

Em sua palestra, Ênio Pontes iniciou desconstruindo a falácia em torno da dívida: enquanto a PEC 55 foi aprovada sob alegação de déficit, quando computadas todas as contas há superávit de R\$ 480 bilhões em 2015. No entanto, a dívida é útil ao governo que a utiliza como justificativa para implementar medidas de austeridade que sempre recairão nos mais pobres e nos trabalhadores, como corte de gastos sociais; congelamento e redução dos salários; demissões; reformas da Previdência e comprometimento dos Fundos de Pensão. Além disso, a crise da dívida precisa estar sendo alimentada porque satisfaz as instituições financeiras.

Segundo Ênio, o superávit da seguridade social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016 (PEC 31/2016). Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição. Daí a necessidade urgente de se auditar a dívida, como foi feito no Equador e na Grécia, com resultados extremamente positivos para os países. No Equador, por exemplo, o valor da dívida caiu quase 70%.

O palestrante apresentou ainda alguns paradoxos do Brasil, como o fato de possuir riquezas naturais imensas – por exemplo, terceira maior reserva de petróleo, maior reserva de água potável e maior reserva de Nióbio do mundo - com 78% das reservas do mundo, sendo vendida a R\$2,00 a tonelada, enquanto que o Canadá, que só possui 2% das reservas, se beneficia imensamente com a substância. Por outro lado, os últimos anos especialmente têm sido de crises – desindustrialização, queda da atividade comercial, desemprego, perdas salariais, privatizações e encolhimento do PIB, tudo isso graças a um modelo econômico concentrador de renda e riqueza, agravado por um modelo tributário regressivo.

Ênio apresentou a consulta nacional coordenada pela Auditoria Cidadã da Dívida e pediu a colaboração de todos em participar e ajudar na divulgação. A consulta está disponível no site <http://consultanacional2017.com.br>.

Na mediação da mesa, Rita Josina destacou a importância das temáticas dessa 51ª RCR, haja vista atenderem deliberação RCR's anteriores integrem as linhas de atuação da própria AFBNB no cumprimento de sua missão. Após as explanações foi realizado o debate, com participação dos presentes, com a oportunidade de falas e questionamentos aos palestrantes acerca das temáticas abordadas no painel.

Regimento

A Diretoria da AFBNB deu início aos trabalhos da tarde com a leitura e aprovação do regimento interno, e a eleição da mesa diretora para a condução dos trabalhos, a qual foi formada por Rita Josina (Diretora-Presidente) e pelos diretores Waldenir Britto (Formação Política), Jeane Pereira (Assuntos Jurídicos) e Dorisval de Lima (Comunicação e Cultura).

Segundo painel

O segundo painel “Em Defesa das Estatais – Contra o desmonte dos bancos públicos” foi apresentado por Fábio Sobral, com mediação do diretor Waldenir Britto.

✓ Fábio Sobral é professor de Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará.

O palestrante iniciou a sua apresentação com a pergunta: “Em que época nós vivemos?” “Se não se sabe onde está, não se sabe para onde ir”. Ele falou das mudanças profundas e da época em que estamos vivendo, a qual chamou de pós-fratura da economia global, onde são as grandes corporações que controlam a economia do mundo. Hoje 147 corporações controlam 40% da economia mundial. A Nestlé, por exemplo, controla direta ou indiretamente 80% do mercado de laticínios do mundo. Dentre os inúmeros autores citados pelo palestrante, um deles, François Morrin, chamou a atenção por trabalhar o conceito de “hidra mundial” para designar o setor bancário do mundo, atualmente controlado por 28 grandes instituições financeiras, que concentram 90% dos ativos financeiros mundiais (dados de 2016). Cerca de 95% da dívida pública mundial pertence a esses 28 bancos.

Para Fábio Sobral, vivemos numa economia voltada para o endividamento. “Você vota em governo, mas o Estado fica nas mãos das grandes corporações”. Isso gera um permanente estado de exceção, violências e crises. Para o economista, a única estrutura que pode se manter diante de uma grande crise mundial são os negócios locais e nesse sentido o papel do BNB precisa ser discutido. Que desenvolvimento queremos que o BNB promova? Quais são os critérios desse desenvolvimento? Para o palestrante, o BNB teria de ser autogerido, não apenas pelos trabalhadores, mas também pela sociedade. Ele deu exemplos de cidades nos Estados Unidos onde estaria sendo realizada a experiência de essas cidades conseguirem sobreviver apenas da produção local. Para ele, se os EUA estão fazendo experiências assim, têm um motivo e nós precisamos estar preparados.

O palestrante acredita e defende que os bancos públicos tenham critérios além da moeda. “Critério monetário não pode ser o único critério! Outros critérios precisam ser considerados, o ambiental, o social, o político, o espiritual - que é como enxergamos a humanidade. O critério social, por exemplo, não pode ser medido em dinheiro. Não pode ter medida única para auferir eficiência. Numa época em que o virtual tomou o controle de real, as alternativas precisam ser coletivas”.

Waldenir Britto fez uma contextualização do tema para ratificar a linha de atuação da AFBNB em defesa das instituições e o contraponto ao atual contexto de desmonte e de medidas restritivas que hoje são praticadas contra os Bancos Públicos e demais órgãos estatais. O diretor enfatizou o fortalecimento dessas lutas, bem como as estratégias e formas de ação.

Após as explanações foi realizado o debate, com participação dos presentes, com a oportunidade de falas e questionamentos ao palestrante acerca da temática abordada no painel.

Conselho Fiscal

Após os debates do segundo painel, foi feita a apresentação do relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço da Associação no ano de 2016, pelo vice-presidente do Conselho Fiscal, Henrique Moreira. Henrique falou de algumas recomendações feitas em RCR's anteriores, cujas orientações foram seguidas. De acordo com o balanço, a AFBNB encontra-se com resultado positivo e será apreciado em Assembleia pelos associados. Após apresentação, o relatório do Conselho Fiscal, bem como as recomendações foram aprovados por unanimidade.

Grupos de trabalho – Diretorias Regionais

Ao final do primeiro dia os participantes reuniram-se em grupo com suas respectivas diretorias regionais para promover interação e subsidiar os debates em torno das deliberações da Plenária Final.

As discussões dos grupos regionais constituem diretrizes estratégicas e gerais das respectivas Diretorias Regionais e da AFBNB, bem como subsidiarão a interlocução com as respectivas superintendências e demais instâncias/áreas pertinentes, internas e externas ao Banco.

Dia 01/04/2017

Mesa informativa

O segundo dia da 51ª RCR teve início com uma mesa informativa. O diretor de comunicação, Dorisval de Lima, falou sobre ferramentas recentes utilizadas pela AFBNB a fim de se aproximar mais da base, citando o programa de rádio “A Tarde” e o boletim enviado por whatsapp; o ex-diretor de ações institucionais, Alci Lacerda de Jesus, deu informações acerca da agenda institucional em Brasília e dos procedimentos que vêm sendo adotados pela AFBNB no intuito de realizar um seminário sobre desenvolvimento regional em Brasília (DF), concomitante à próxima Reunião do Conselho de Representantes; Rita Josina ressaltou pontos da reunião realizada com o presidente do Conselho de Administração do BNB, em março passado, gerando como agenda de compromisso um documento da AFBNB pontuando problemas e sugestões; o diretor Waldenir Britto fez uma apresentação sobre a situação dos cargos no BNB, observando incoerências e inconsistências dentro do atual Plano de Cargos, por exemplo, a quantidade de níveis, a falta de isonomia entre os funcionários novos e antigos e os níveis de funções e ressaltando a necessidade urgente da revisão do PCR.

Grupos de trabalho

Os participantes foram divididos em quatro grupos nos quais discutiram, refletiram e elaboraram propostas que foram submetidas à plenária final e integram o relatório do evento e que será posteriormente enviado às instâncias responsáveis por sua implementação.

Plenária Final

Antes da plenária final, foi feita a foto coletiva do evento, seguida da apresentação do orçamento AFBNB para 2017, o qual foi apresentado por Rita Josina e aprovado por unanimidade. Dentre os destaques ressaltados por ela estava a previsão de recursos para a reforma da sede – considerando a necessidade de ajustes para o bom funcionamento da entidade.

Encerramento

No encerramento, representantes - da ativa e aposentados, homens e mulheres, antigos e quem estava pela primeira vez em uma RCR – deram depoimentos nos quais parabenizaram pelo evento e pela riqueza das discussões. Os integrantes da Mesa Diretora fizeram a saudação aos participantes, ressaltando a importância da RCR e da socialização de tudo o que foi debatido nos dois dias, na base, por meio de cada um dos representantes, e conclamando a todos para o engajamento nas lutas, nas manifestações do dia 28 de abril e na construção de um novo BNB.

Deliberações aprovadas na Plenária Final

1. Analisar novas estratégias, inclusive judiciais, que visem o reequilíbrio do plano BD da CAPEF.
2. Cobrar do Banco que corrija as distorções e promova a revisão do PCR.
3. Cobrar do Banco transparência em todos os processos de concorrências, pontuação e substituição de função.

4. Solicitar ao Banco transparência no processo de reestruturação e no novo modelo de agências proposto, instigando a criação de um fórum de discussão sobre o tema em detrimento da forma obscura e autoritária que vem sendo tratada pelo Banco.
5. Cobrar do BNB o fim dos processos internos de concorrências com restrições, visando o respeito à isonomia, com vista a igualdade de oportunidades.
6. Cobrar do Banco diminuição do peso do parecer gerencial para o processo das concorrências.
7. Excluir os cursos DCG/Ritos dos pré-requisitos enquanto o Banco não está ofertando vagas suficientes para todos os funcionários.
8. Cobrar do Banco que abra concorrência para a função de Agente de Desenvolvimento.
9. Cobrar do Banco a efetivação de quem está em caráter de substituição dos caixas executivos há muito tempo, reciclagem desses e o direito ao treinamento e concorrência em outras áreas.
10. Cobrar ao Banco que cada agência possua pelo menos dois Caixas.
11. Pedir ao Banco esclarecimentos sobre a promoção de nível dos GN-Pronaf, haja vista que sempre foi colocado ao grupo que a ascensão seria dada a quem validasse as carteiras e tivesse ao menos dois anos na função, o que não ocorreu em 2016.
12. Cobrar do Banco que divulgue e implemente de imediato os termos do PAA do Bolsa Pronaf baseado no PAA de 2014.
13. Propor ao Banco assento para um representante da AFBNB, com direito a voz e voto, no Comitê Gestor (Coges) nos casos que tratem assuntos de natureza envolvendo pessoal/recursos humanos.
14. Remeter ao Conselho de Administração do Banco: realizar a eleição direta entre os funcionários do BNB para o titular da Ouvidoria (art. 20, XV); campanha anual contra o assédio moral e implantação de curso na CVA, obrigatório a todos os gestores voltado para a conduta ética e democrática nas relações de trabalho (art. 20, XIV); e criar o Conselho de Desenvolvimento para o Banco do Nordeste - contando com representação eleita entre os funcionários do Banco, representação das entidades sindicais e representação da AFBNB, com intuito de subsidiar os estabelecimentos das diretrizes pelo Conselho de Administração e resgatar a cultura desenvolvimentista da Instituição.
15. Cobrar do Banco que sistematize as ideias e planilhas criadas por funcionários do Banco, a exemplo da planilha que facilita o cálculo da 2471, e dissemine para todo o corpo funcional com celeridade.
16. Estimular que os funcionários façam denúncia de casos de assédio moral no ambiente de gestão de pessoas e no sindicato de sua base.
17. Cobrar do Banco punição para quem pratica assédio moral.
18. Cobrar do Banco que ofereça a estrutura necessária e adequada para as equipes trabalharem quando do lançamento de novos produtos/serviços.

19. Exigir do Banco que quando os gestores se ausentarem da agência para treinamentos, cursos, encontros ou por qualquer outro motivo relacionado a eventos do Banco - independentemente da quantidade de dias - haja a substituição de fato e de direito.
20. Colocar como ponto de discussão em suas reuniões a questão ambiental, como também no encontro de representantes.
21. Fazer incursão política no sentido de que o presidente do BNB seja funcionário do Banco.
22. Realizar e divulgar análise do último balanço do Banco relacionando-a com as ações de reestruturação das agências e da direção geral, inclusive quanto ao fechamento e não abertura de unidades, a não atualização do PCR etc.
23. Cobrar que o Grupo de Trabalho da Direção Geral, criado para tratar do fechamento das agências, seja mais presente dando apoio aos funcionários e aos processos, reduzindo as dúvidas e incertezas.
24. Iniciar uma discussão com as entidades sindicais de base do banco, para promover a defesa do Banco do Nordeste, seja cooperando, coordenando o calendário de lutas e participando das mobilizações em defesa das instituições públicas e direito dos trabalhadores, contribuindo com a preparação de greves gerais com atos, reuniões, faixas em todas as unidades do BNB da forma possível.
25. Fazer gestão junto ao Banco para assistir e intervir pontualmente na situação dos funcionários que faziam parte das agências em desmobilização, tendo em vista o que foi aprovado pela diretoria para assegurar que não haja prejuízo aos mesmos.
26. Cobrar da CAMED o cumprimento do prazo de ressarcimento que supera o que é estimado pela própria Caixa (15 dias).
27. Intensificar ações de combate à terceirização, principalmente após sancionada a lei da terceirização pelo Governo Federal.
28. Cobrar do Banco que as agências sejam supridas com materiais e recursos suficientes para manter a segurança e salubridade de funcionários e clientes.
29. Cobrar do Banco que institua a Isonomia e a “quebra de caixa” que já são aplicadas em outros bancos públicos.
30. Cobrar do Banco que atenda às reivindicações elaboradas no último encontro dos técnicos de campo ocorrido em 2016.
31. Cobrar do Banco que os analistas técnicos e especialistas técnicos dos concursos de 2006 e 2010 possam participar de todas as concorrências internas nos mesmos moldes dos demais funcionários.
32. Cobrar que as Superintendências Estaduais visitem cada agência para explicar sobre o ponto eletrônico e tire as dúvidas dos funcionários, nivelando entendimento entre agências, superintendências e Direção Geral.

Recomendação para Diretoria da AFBNB

- Criar um núcleo ambiental, vinculado a alguma diretoria, que possa interferir ou sugerir ações ao Banco, contemplando a defesa do meio ambiente e dos nossos recursos naturais, principalmente os hídricos. Além disso, foram apresentadas 16 recomendações para Diretoria da AFBNB.

Moções aprovadas

Moção de repúdio - Terceirização

Os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), reunidos por ocasião da 51ª Reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB), ocorrida em Fortaleza (CE) durante os dias 31 de março e 1º de abril de 2017, manifestaram sentimento de repúdio aos deputados que votaram a favor do golpe contra a classe trabalhadora e a própria Nação, praticado pela aprovação de um projeto de lei “ressuscitado” de 1998, o qual institui a terceirização irrestrita e ilimitada, bem como ao governo ilegítimo de Michel Temer, pela homologação da medida com a sanção da lei “coincidentalmente” no dia 31 de março.

Moção de repúdio - Fechamento de agências

Os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), reunidos por ocasião da 51ª Reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB), ocorrida em Fortaleza (CE) durante os dias 31 de março e 1º de abril de 2017, manifestaram repúdio ao fechamento de agências do BNB, conforme já anunciado e levado a efeito pela Diretoria do Banco. O resultado alcançado em 2016 pela Instituição, fruto das estratégias traçadas e do trabalho realizado pelos funcionários, com o incremento da ordem de 139,5% em relação ao exercício anterior, denuncia a contradição da medida, uma vez que expressa a importância do conjunto das Unidades para o feito, bem como a necessidade de maior capilaridade para o atendimento adequado da crescente demanda pela ação creditícia do BNB. No mesmo sentido também denuncia que, além de representar um revés estratégico ante a missão e o papel social que o BNB desempenha, a decisão se alinha tão somente à política de desmonte dos Bancos públicos direcionada pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que pelos seus atos tem dado provas de não ter qualquer compromisso com a sociedade, em especial com o Nordeste, não havendo assim justificativa plausível para a decisão.

Moção de repúdio – Ausência do BNB

Os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), reunidos por ocasião da 51ª Reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB), ocorrida em Fortaleza (CE) durante os dias 31 de março e 1º de abril de 2017, manifestaram insatisfação pela ausência de representantes do BNB durante o evento. Por considerarem ser um fórum importante da categoria, do qual participam funcionários dos diversos Estados e de vários segmentos do Banco, e que para além de questões de natureza trabalhista, relações de trabalho e organizativa interna da Associação, também aborda temas relevantes, estratégias e formas de lutas pelo fortalecimento do BNB e da região em que o Banco atua, é perfeitamente viável e possível que a gestão do BNB se fizesse representar, sobretudo por ter ocorrido em Fortaleza (CE), cidade sede da Instituição.

Por processo de submissão aos participantes presentes à 51ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, o conjunto de deliberações, moções, bem como as recomendações apresentadas no evento foi aprovado por unanimidade.

Nota. Todas as apresentações feitas na 51ª RCR estão disponíveis no site da AFBNB (www.afbnb.com.br).